

Diretoria da APES realiza análise da proposta de reajuste

Na reunião realizada no dia 25 de junho com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF), o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou uma proposta de reajuste salarial plurianual, com índices distribuídos em quatro parcelas de 2016 a 2019: 5,5%, 5,0%, 4,8% e 4,5%, respectivamente, totalizando 21,3% somente em 2019.

Em reunião realizada no dia 20 de julho, o MPOG propôs corrigir os valores dos auxílios alimentação, saúde e creche de acordo com índices de inflação passada, mas manteve a mesma proposta de reajuste salarial plurianual.

Embora a correção dos auxílios seja importante, não representa praticamente nenhum avanço no poder de compra dos docentes.

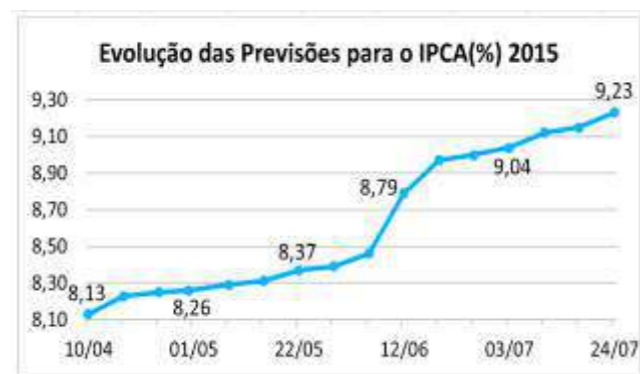
Para os docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE), a proposta é inadmissível pelas seguintes razões:

1. Desconsidera deliberadamente as perdas acumuladas até o final de 2015. Hoje, com raríssimas exceções, os docentes das IFE estão com os salários defasados em relação ao que recebiam em julho de 2010. Como exemplo, um docente Associado-1 ou D IV-1, com doutorado e em dedicação exclusiva está com uma defasagem de 8,66%. Em dezembro essa defasagem vai subir para aproximadamente 15%.
2. Não há como garantir que as expectativas de inflação apresentadas na proposta para os próximos quatro anos (tabela abaixo) venham a se concretizar.

	2016	2017	2018	2019	Acumulado 2016-19
Reajuste	5,5%	5,0%	4,8%	4,5%	21,3%
Expectativa de inflação (IPCA)	5,5%	4,8%	4,5%	4,5%	20,7%

Fonte: Proposta MPOG, junho de 2015

O gráfico abaixo que mostra a evolução da expectativa de inflação para o final de 2015 demonstra que o mercado (Boletim Focus) tenta corrigir esse percentual a cada semana e que ela vem subindo a 14 semanas consecutivas.



Portanto, é inaceitável a imposição de um reajuste plurianual baseado em projeções.

3. Os percentuais de reajustes anuais da tabela são valores máximos, como destaca a proposta do governo:

“O valor total do reajuste é uma referência, e poderá ser distribuído de forma diferenciada conforme a carreira, desde que respeitado o limite de reajuste proposto”.

Ou seja, não há garantia de que os docentes das carreiras das IFE terão direito a esses percentuais máximos.

Resumindo, o governo quer que as entidades sindicais firmem, previamente, um acordo que legitima as perdas salariais acumuladas e futuras.

Pontos defendidos pelo ANDES-SN para reestruturação da carreira

a) Fixar como conceito no texto da Lei:

- a estruturação em degraus constantes, desde o início até o final;
- percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações;
- relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da Dedicção Exclusiva;
- Obs.: a combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada docente, segundo a sua situação particular quanto ao nível na carreira, a titulação e o regime de trabalho.

b) Definir como conceito no texto da Lei:

- que o piso organizador da malha de vencimentos estruturada em decorrência do item anterior, seja o valor fixado para o nível inicial da carreira, do graduado em regime de 20h.

c) Reconhecer como conceito no texto da Lei:

- que o desenvolvimento na carreira, respeitado os interstícios definidos na Lei, será concebido, organizado e regulamentado no âmbito da autonomia de cada Instituição;
- de acordo com o projeto de desenvolvimento institucional, valorizando, de forma equilibrada, o tempo de serviço, a formação continuada e a avaliação do plano de trabalho aprovado na sua unidade acadêmica de lotação;
- os critérios e os métodos deverão levar em consideração a contextualização social, as condições concretas em que se dá o trabalho e a diversidade das práticas acadêmicas e características de cada área do conhecimento.



InformAPES Urgente

Julho/2015

Pesquisa virtual indica precarização intensa das Condições de Trabalho

A APES realiza pesquisa eletrônica sugerida pela base, com coleta de informações das principais dificuldades apresentadas pela comunidade acadêmica em seus diversos campi. O objetivo principal é a formação da Pauta Local de Reivindicações.

Os relatos analisados pela pesquisa virtual da APES mostram que os processos de sucateamento das Instituições Federais de Ensino não são mais uma mera ameaça divulgada nos documentos do sindicato, quando da implantação do REUNI e a criação dos Institutos Federais.

O sindicato lembra a todos os docentes - sindicalizados ou não – ser de fundamental importância que relatos sobre as condições de trabalho sejam postados nesta pesquisa que continua em atividade. Os resultados fornecerão subsídios para uma leitura mais próxima da realidade hoje vivida na UFJF e no IF Sudeste MG.



Ah...o REUNI

Na época da implantação do Reuni, muitos docentes defendiam esse modelo como a melhor solução para a necessidade real de expansão da universidade. A realidade que hoje vivemos mostra que a expansão desenfreada foi baseada em critérios economicistas e mercadológicos com o objetivo de fomentar índices que atendam às cobranças de organizações internacionais.

As propostas do REUNI, corroboradas por vários reitores, vinculavam o repasse de verbas ao cumprimento de metas de expansão. De fato, apesar deste modelo representar a expansão da universidade, nem sempre foram bem planejados, não garantiram a autonomia universitária e resultou em um conjunto de

obras e atividades desordenadas e muitas vezes inacabadas e repercutem de forma incisiva na precarização do trabalho docente.

A precarização muitas vezes se apresenta com facetas ocultas vinculadas à sua abrangência ou à sua temporalidade. Podemos aqui enumerar algumas questões que contribuem para agudizar a precarização do trabalho e que, às vezes, passam despercebidas por grande parte da comunidade acadêmica: A reforma da previdência, que alterou a aposentadoria dos novos docentes, com perda da integralidade de vencimentos e as reformulações da carreira docente que elimina a paridade entre ativos e aposentados são exemplos de algumas destas facetas.

Confira as principais denúncias na pág. 2



Confira as principais denúncias coletadas na pesquisa virtual

Com os dados até agora disponíveis, contamos com 15 inserções do campus de Juiz de Fora, 20 inserções do campus de Governador Valadares e 2 inserções do IF Sudeste MG, perfazendo um total de 37 informações postadas no site. Analisando as informações oriundas somente do campus de Juiz de Fora da UFJF.

- problemas nas obras já acabadas tais como infiltrações, janelas com vidros e persianas quebrados;
- elevadores que não atendem todos os andares do prédio;
- problemas na iluminação, tanto externa quanto interna (corredores, salas de aula, áreas de estacionamento e entre prédios);
- insegurança que se agrava com a não presença constante de pessoal de segurança nos locais;
- falta de manutenção de data-shows e computadores;
- não divulgação de relatórios que mostrem como se apresenta a sinistralidade do plano de saúde firmado entre a UFJF e a UNIMED;
- questões relativas a assédio moral;
- limpeza de banheiros;
- dificuldade de obter autorização para sair do país para eventos acadêmicos;
- turmas com um grande número de alunos - em alguns casos próximos de 100.

Quando às informações oriundas do campus de Governador Valadares, podemos, a priori, afirmar que a falta de um campus com sede própria é o grande vetor de aparecimento de problemas:

- falta de acervo bibliográfico - em alguns casos menos de 20% do que é exigido pelo Ministério da Educação;
- banheiros sem condições adequadas de uso e limpeza geral deficiente;
- condições insalubres de trabalho e o não pagamento de adicional por insalubridade no percentual assegurado pela legislação trabalhista;
- falta de equipamentos como data-shows e equipamentos de laboratório;
- falta de local específico para docentes exercerem sua atividade acadêmica, tais como atendimento a discentes, planejamento de aulas e aprofundamento de estudos.
- falta de material básico para trabalho como folhas de papel, mobiliário e etc.;
- recursos para participação em eventos acadêmicos também não atendem à demanda;
- necessidade de pessoal técnico em informática que possa suprir a demanda;
- transporte para docentes do centro da cidade para os cursos alocados na UNIVALE;
- necessidade de uma representação mais efetiva do sindicato em Governador Valadares.



Confira abaixo as questões que afetam o IF Sudeste MG

- pouca autonomia da gestão frente ao governo federal;
- falta de vagas docentes;
- falta de vagas para técnicos administrativos em educação;
- falta de pagamentos dos retroativos da Retribuição por Titulação e dos Retroativos do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC);
- falta de isonomia entre ativos e aposentados;
- ampliação do tempo na progressão da carreira, que anteriormente era de dezoito meses e a partir da lei 12.772 o Interstício passou a ser de vinte e quatro meses em cada nível;
- falta de condições de trabalho nos campi de Muriaé e Santos Dumont.
- barreiras durante o estágio probatório, que impedem a mudança de regime e promoção na carreira;
- ataque direto à carreira EBTT, realizado por meio de uma portaria do MEC, que considera o tempo de afastamento ou licença para estudo não computável para fins de aposentadoria especial.



Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia foram criados em 2008

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram constituídos em 2008, por meio da Lei nº 11.892/08. Grande parte destas instituições apresenta estrutura diferenciada, uma vez que foram criados pela agregação/transformação de antigas escolas técnicas ou centros de educação profissional. Além de

trabalharem com a educação básica de ensino médio técnico integrado, há também o desenvolvimento do ensino superior e programas de pós-graduação. Sobre a carreira docente, pode-se afirmar que os professores e professoras estão majoritariamente alocados na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Falando especificamente do

IF Sudeste MG, cabe dizer que este se estrutura através de seis Campi, situados em Barbacena, Juiz de Fora, Rio Pomba, Muriaé, Santos Dumont e São João Del Rei; além do Campus Avançado de Bom Sucesso e o de Manhuaçu. A APES representa os campi de Juiz de Fora, Barbacena, Rio Pomba, Muriaé e Santos Dumont, onde temos

docentes sindicalizados.

Neste sentido, ao trazermos a pauta local de reivindicações produzida pelos docentes do IF Sudeste MG, reafirma-se que nossa luta é coletiva e em defesa das instituições federais de ensino, estas como espaços de excelência da educação e da produção de um país mais justo, igualitário e democrático.

